

Silêncios da ditadura¹***Silences of dictatorship*****Heloisa Maria Murgel Starling**

Universidade Federal de Minas Gerais

projutorepublicaufmg@gmail.com

Resumo: Três silêncios organizam a memória do Brasil sobre os anos da ditadura militar. O primeiro silêncio recai sobre o apoio da própria sociedade e, em especial, sobre o papel dos empresários dispostos a participar na gênese da ditadura e na sustentação e financiamento de uma estrutura repressiva muito ampla que materializou, sob a forma de política de Estado, atos de tortura, assassinatos, desaparecimentos e sequestros. O segundo silêncio incide sobre as práticas de violência cometidas pelo Estado contra a população e direcionadas para grupos e comunidades específicos – em particular, as violências cometidas contra camponeses e povos indígenas. O terceiro silêncio impede a sociedade brasileira de conhecer a estrutura e os procedimentos de funcionamento do aparato de inteligência e repressão da ditadura.

Palavras-chave: Ditadura; Empresários; Indígenas; Camponeses.

Abstract: There are three natures of silence that organise Brazil's memory on the years of military dictatorship. The first silence falls upon the support offered by society itself, and especially upon the role businessmen played with their willingness to participate in the genesis of dictatorship and in sustaining and financing a wide repression structure that, disguised as a form of State politics, was embodied by acts of torture, murder, disappearance and abduction. The second silence conceals the acts of violence committed by the State against the population and inflicted towards specific groups and communities – particularly those committed against peasants and indigenous people. The third silence prevents Brazilian society from learning about the structure and the operational procedures in the regime's intelligence and repressive apparatus.

Keywords: Dictatorship; Businessman; Indian; Peasant.

Artigo recebido para publicação em: Junho de 2015

Artigo aprovado para publicação em: Junho de 2015

¹ Uma versão reduzida desse artigo foi publicada em *Limes - revista italiana di geopolítica*, Brasiliana, n. 6, giugno, 2014.

Mais de meio século após o golpe de Estado de 1964 e a memória sobre os anos da ditadura militar ainda incomoda os brasileiros. É certo que a historiografia, em companhia do jornalismo, avançou muito no sentido de provocar a memória do país sobre sua história recente, levar essa memória para fora de si mesma e trazer, para a cena pública, a massa documental e a reflexão crítica a cerca dos fatos que dizem respeito ao governo dos militares.² É certo também que a sociedade brasileira, por sua vez, repudiou a ditadura e reincorporou as diferentes forças de esquerda que se opuseram a ela. E a partir da segunda metade da década de 1970, quando começou a definir como seria o caminho para reimplantar a Democracia no Brasil, essa mesma sociedade passou a reconhecê-la de outra maneira. Não mais como uma etapa ou uma ferramenta para se travar uma batalha maior – a revolução socialista, por exemplo –, mas como um objetivo a ser construído e um valor em si mesmo: a Democracia é uma forma de viver em uma comunidade e está acima de qualquer regime de governo.

Mas, definitivamente, a sociedade brasileira ainda não está disposta a exigir conhecer alguns dos fatos que formam a incômoda memória sobre a ditadura. Na maior parte das vezes, as operações da memória ocorridas a partir do início de 1979, o ano da aprovação da Anistia, optaram por construir uma simplificação narrativa, mas de impacto eficaz, que vem funcionando em duas direções: numa ponta, estabelece a ruptura entre o passado recente e o presente; na outra, produz esquecimento. E desde o fim do governo dos militares, em 1985, e da promulgação da Constituição de 1988, que tinha a missão de encerrar a ditadura e o compromisso de assentar as bases para a afirmação da Democracia no país, a sociedade brasileira não quer ser atormentada por uma pergunta desconcertante: a ditadura, quem a promoveu, quem a apoiou, quem a sustentou?

Três silêncios organizam a memória do Brasil sobre os anos da ditadura militar. O silêncio sobre o apoio da sociedade brasileira e, em especial, sobre o papel dos empresários dispostos a participar na gênese da ditadura e na sustentação e financiamento de uma estrutura repressiva muito ampla que materializou, sob a forma de política de Estado, atos de tortura, assassinatos, desaparecimentos e sequestros. O silêncio sobre as práticas de violência cometidas pelo Estado contra a população e direcionadas para grupos e comunidades específicos – em particular, as violências cometidas contra camponeses e povos indígenas. O silêncio sobre os responsáveis pelo financiamento e pela construção de uma complexa estrutura de informação e repressão que deu autonomia aos torturadores; prevaleceu, em muitos casos, sobre as linhas de comando convencionais das forças armadas; utilizou do extermínio como último recurso de repressão política; alimentou a corrupção; produziu uma burocracia da violência; fez da tortura uma política de Estado.

A compreensão de que o golpe de 1964 tinha natureza política militar e civil e só foi possível graças ao caráter amplo e heterogêneo da frente social e política que se reuniu para depor o presidente João Goulart começou a ser sublinhada pela historiografia a partir de 1981, quando a Editora Vozes publicou *1964: a conquista do Estado*, de René Dreifuss. O livro tinha quase mil páginas e não era de leitura fácil, sobretudo por conta de sua ambição conceitual: proceder a uma análise detalhada das formas civis e militares de organização do poder de classe e aplicá-la especificamente ao caso brasileiro – análise

² Ver, por exemplo: ARBEX, Daniela. *Cova 312*. São Paulo: Geração Editorial, 2015; CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre – comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2015; GODOY, Marcelo. *A casa da vovó – uma biografia do DOI-CODI (1969-1991)*. São Paulo: Alameda, 2014; GREEN, James N. & QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades – repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2014; CENTENO, Ayrton. *Os vencedores – a volta por cima da geração esmagada pela ditadura de 1964*. São Paulo: Geração Editorial, 2014; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais - as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

integralmente sustentada por um emaranhado de conceitos originários da vertente gramsciana da tradição marxista e, provavelmente, a parte do livro que pior sobreviveu ao passar dos anos.

Mas o que transformou esse livro na mais importante referência historiográfica sobre o golpe de 1964 foi outra coisa: sustentado por uma pesquisa documental impressionante e, em sua maior parte, inédita, ele trazia a descrição detalhada do protagonismo dos empresários brasileiros em três momentos decisivos da nossa história: na articulação conspiratória desenvolvida no período imediatamente anterior a março de 1964; na ocupação de posições-chave nos ministérios e órgãos da administração do Estado, logo após a vitória dos golpistas, especialmente nas áreas de planejamento governamental e de definição de política econômica – com o imediato estabelecimento do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica; na elaboração de um projeto de reorganização do Estado pós 1964, fortemente identificado com as necessidades dos grandes empreendimentos industriais e financeiros e dos grupos empresariais associados aos interesses multinacionais.

1964: a conquista do Estado documentava, pela primeira vez, a relação entre empresários e militares, em cenários públicos e privados – as conferências da Escola Superior de Guerra e as reuniões do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) – e reconstituía minuciosamente a história dessa relação, reconstituição esta feita em grande parte pela voz de seus principais protagonistas. A documentação que sustentou o livro estava no Arquivo Nacional – onde se encontra até hoje – e o impacto que o livro de Dreifuss provocou incidu diretamente sobre o conjunto das interpretações até então consolidadas sobre o golpe de 1964.

As correntes mais expressivas da historiografia e das ciências sociais interessadas na análise e reconstituição histórica do período enfatizavam o papel determinante e praticamente exclusivo dos militares e de sua interferência direta na condução de uma ação política medida, planejada e calculada que desaguou no golpe de Estado de 1964. O que variava – e variava muito – eram os motivos. Na leitura de Thomas Skidmore e Alfred Stephan, por exemplo, haveria a percepção, por parte dos militares, de que as instituições civis estavam falhando e Goulart poderia dar um golpe com o apoio dos comunistas, constituindo uma força militar alternativa que lhe fosse leal, comandada pelos “generais do povo”.³ Um aspecto era decisivo para esses autores: argumentavam que, pela primeira vez na nossa história republicana, os militares sentiram-se capacitados para assumir diretamente o governo, graças ao treinamento técnico e ideológico fornecido pela Escola Superior de Guerra e pela Doutrina de Segurança Nacional.

Já na leitura de outro autor, Jacob Gorender, a atuação das esquerdas entrava com força no entendimento do jogo político do pré 1964, e os militares agiram antes que o caldo entornasse.⁴ Haveria, nesse caso, a clara compreensão por parte das Forças Armadas de que, entre os anos de 1960 e 1964 ocorreu, de fato, a mais intensa mobilização de natureza política dos trabalhadores brasileiros, tanto na área rural quando na área urbana – e essa mobilização sinalizava, de forma inequívoca, para uma situação pré-revolucionária. O golpe de 1964, argumentava Gorender, era militar, tinha caráter contrarrevolucionário preventivo e pretendia debelar a ameaça revolucionária real vinda das esquerdas.

³ SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010; STEPAN, Alfredo. *Os militares na política – as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. Para um balanço detalhado das principais análises sobre o golpe de 1964, ver: FICO, Carlos. *Além do golpe – versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

⁴ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1997.

Mesmo para autores interessados em construir modelos teóricos de competição política e cálculo do conflito – como o caso de Wanderley Guilherme dos Santos, por exemplo – a motivação para o golpe podia até vir do emperramento do sistema político, mas sua natureza era militar.⁵ Wanderley Guilherme estava interessado em explicar situações de paralisia política seguidas de alguma forma de violência – como a queda da IV República francesa, em 1958; o golpe militar na Turquia, em 1960; o golpe chileno de 1973; a crise na Venezuela, em 1980; ou o fim da República de Weimar, em 1933. Mas, o cálculo resultante de sua pesquisa empírica para o caso brasileiro traz informações importantes para a compreensão do contexto político do pré-64: havia paralisia decisória no governo Goulart, altíssima rotatividade ministerial, ausência de sustentação em uma sólida maioria parlamentar para realização das reformas estruturais – as Reformas de Base –, empresas e bancos estatais, como Petrobras, Banco do Brasil, BNDES, Vale do Rio Doce, Siderúrgica Nacional, estavam sendo utilizados como moeda política. O Legislativo mantinha-se praticamente paralisado e, ao contrário da estabilidade do governo Kubitschek, também vitimado por graves crises, inclusive militares, a instabilidade política e administrativa do governo de João Goulart a cada dia era mais evidente.

A ideia de que os agentes do golpe de 1964 não foram isoladamente nem as Forças Armadas nem a doutrinação da Escola Superior de Guerra, mas o resultado de uma articulação entre empresários e militares com o objetivo de reorganizar o Estado – o argumento central defendido por Dreifuss – foi, cabe o clichê, um raio que desceu num céu azul. O livro repercutiu fortemente na imprensa, transformou-se num surpreendente sucesso de público e, principalmente, provocou enorme desconforto nas esquerdas, nas universidades e no meio intelectual brasileiro. O contexto da época ajuda a entender o desconforto. A partir da segunda metade da década de 1970 – e especialmente a partir do início de 1979, o ano da revogação do AI-5 e da aprovação da Anistia –, a sociedade brasileira estava disposta a fazer acrobacias políticas para repudiar a ditadura e queria muito acreditar na ideia de que suas opções pela democracia tinham fundas e autênticas raízes históricas.⁶ O argumento de que o golpe de 1964 tinha natureza política civil e militar e só foi possível graças ao caráter amplo e heterogêneo da frente social que se reuniu para depor João Goulart parecia ser no mínimo, um convite à autoflagelação pela via da memória. E, para muita gente, parecia ser também uma tentativa estimulada pelos próprios militares estigmatizados para evitar serem considerados os únicos culpados pela ignomínia do arbítrio.

Nos últimos trinta anos, contudo, a feição civil e militar do golpe foi insistentemente sublinhada em pelo menos três aspectos decisivos: o primeiro, na compreensão do caráter amplo e heterogêneo da frente social e política que depôs João Goulart e incluía banqueiros, empresários, industriais, proprietários de terras, políticos, comerciantes, profissionais liberais, setores da imprensa, clero, além de outros grupos sociais provenientes especialmente dos setores médios da sociedade. A face espetaculosa dessa frente correu solta pelo país a partir de 19 de março de 1964, através das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. A primeira marcha aconteceu em São Paulo e reuniu cerca de 800 mil pessoas numa espécie de resposta ao comício da Central do Brasil, ocorrido no Rio de Janeiro, com a intenção de escancarar a união das esquerdas e demonstrar o apoio dos trabalhadores ao programa das Reformas de Base, ao lado de João Goulart.⁷ A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi comandada por grupos de mulheres politicamente organizadas pelos empresários e militares reunidos no IPES. O que continua pouco conhecido

⁵ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

⁶ Para o desconforto e o incômodo com a memória sobre a ditadura, ver: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁷ Para Comício da Central do Brasil, ver: DINES, Alberto et al. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Alvaro Editor, 1964.

até hoje é o tamanho e a intensidade do movimento. Entre 19 de março e 8 de junho de 1964, uma multidão marchou com Deus contra o governo de João Goulart e, gritavam em coro, para salvar o Brasil do comunismo, em pelo menos 50 outras cidades do país – e são cidades tão diferentes como Londrina, Niterói, Campos, Barbacena e São Carlos; Dois Córregos, Pains e Periqui; Goiânia, Belo Horizonte, Maceió, Rio de Janeiro, Recife, Brasília e Teresina.⁸

O segundo aspecto que permite sublinhar a feição civil e militar do golpe reside no entendimento de que a união dessa frente de composição social e política tão heterogênea só foi possível por duas razões. Uma, pela compartilhada aversão de parte substantiva da nossa sociedade ao protagonismo crescente dos trabalhadores urbanos e rurais na história republicana brasileira, depois de 1945; a outra razão, pelo papel ativo desempenhado na preparação e no apoio ao golpe por parte dos diferentes setores da classe média brasileira, capazes de perceber que um processo radical de distribuição de renda e de poder por certo afetaria suas tradicionais posições e privilégios naquela sociedade brutalmente desigual.⁹

E havia o terceiro aspecto: o grande embate social e político que se promoveu na gênese da ditadura. Embate este que deixou evidente aquilo que José Murilo de Carvalho identificou, em um de seus artigos, como sendo a tensão quase insuportável entre *virtù* e *fortuna* – uma vez envolvida numa corrida para a radicalização devido à equivocada avaliação das forças em jogo, os diferentes atores políticos, aí incluindo o presidente Goulart, perderam a capacidade de controlar o carro em movimento. O problema, completa José Murilo, é que a estrada onde corria o país desgovernado terminava num abismo.¹⁰

Apesar do avanço, porém, a memória continua seletiva, como se a investigação sobre a ditadura provocasse entre nós certa vergonha e melancolia – e não coubesse nessa investigação nada além do estritamente necessário. O ponto sensível permanece: o que determinou a natureza civil e militar do golpe de 1964 não foi apenas a evidência de que em sua preparação e apoio sobressaiu a heterogeneidade social da frente que depôs Goulart. Também foi determinante a existência de um núcleo civil e militar – o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) – com papel decisivo em dois aspectos: o primeiro consistiu na preparação e execução de um bem orquestrado esforço de desestabilização do governo, que incluía custear uma campanha de propaganda anticomunista, bancar diversos tipos de manifestação pública antigovernistas e escorar, inclusive financeiramente, grupos e associações de oposição ou de extrema-direita. O segundo traçou estratégias de planejamento e de diretrizes para subsidiar um novo projeto de governo e de desenvolvimento para o país, aberto ao fluxo do capital internacional e com vocação autoritária.

O IPES foi fundado, no final de 1961, por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo e por um punhado de oficiais que orbitavam em torno da Escola Superior de Guerra (ESG).¹¹ Oficiais militares dos mais influentes da época e homens de negócio ligados aos grandes empreendimentos

⁸ Para a Marcha da Família em São Paulo, ver: SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985. Para as marchas em todo o país, ver: PRESOT, Aline. *Celebrando a "Revolução": as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. In: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. II.

⁹ Para o golpe de 1964, ver: SCHWARCZ, Lilia M. & STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. (especialmente capítulo 17).

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Fortuna e Virtù no golpe de 1964*. In: _____. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

¹¹ Para IPES, ver: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981; STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986. *Op. cit.*; MORAES, Thiago Aguiar de. *Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado. Os discursos da fração vanguardista da classe empresarial gaúcha na revista Democracia e Empresa do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971)*. Dissertação (Mestrado em História) – PUC-Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. (mimeo). Para ESG, ver: STEPHAN, Alfred. *Os militares na política*. *Op. cit.*; OLIVEIRA, Eliezer R. de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.

industriais e financeiros do país e aos grupos empresariais associados ao capital internacional atuaram juntos de maneira muito variada e em diferentes frentes políticas. Centralizaram suas atividades no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, espalharam sua presença pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraná, Pará e Amazonas e garantiram recursos financeiros abundantes para suas atividades. Cerca de sessenta das principais associações de classe empresarial estiveram de alguma maneira envolvidas com a gênese da ditadura, por meio de alguns de seus homens-chave. É o caso, por exemplo, do Centro de Indústrias do Estado de São Paulo; da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; da Associação Comercial do Estado de São Paulo; do Conselho das Classes Produtoras; do Clube de Lojistas do Rio de Janeiro; da Associação Comercial do Rio de Janeiro; do Serviço Social da Indústria.¹²

A presença de uma poderosa e ampla liderança empresarial participante direta da atividade conspiratória e da elaboração de um projeto de reorganização do Estado também sublinha a feição civil e militar presente na origem da ditadura. Essa liderança incluía nomes como: Augusto Trajano de Azevedo Antunes (Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração – CAEMI); Celso Mello Azevedo (Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG); Álvaro Borges (Moinhos Rio-Grandenses); Harry Burges (Grupo Gerda); Felipe Arno (Arno S/A Indústria e Comércio); Hélio Beltrão e Henrique de Botton (Mesbla); Heinning Boillessen (Ultragás); Otávio Gouveia de Bulhões (Hanna Corporation); Salim Chamma (Grupo Chamma); Jonas Barcellos Correia (Banco de Crédito Real de Minas Gerais); Otávio Marcondes Ferraz (Rhodia, Valisère, Carbono Lorena); Paulo Ferraz (Estaleiro Mauá); Octávio Frias (Folha de São Paulo); Antonio Gallotti (Light S/A, BRASCAN); Flávio Galvão (O Estado de São Paulo); Paulo Galvão (Banco Mercantil de São Paulo); Antônio Mourão Guimarães (MAGNESITA); Lucas Garcez (Eternit do Brasil Amianto Cimento); Gilbert Huber Jr. (Listas Telefônicas Brasileiras); Haroldo Junqueira (Açúcar União); Israel Klabin (FINASA S/A, Indústrias Klabin de Celulose); José Luís de Magalhães Lins (Banco Nacional de Minas Gerais); Mario Ludolf (Cerâmica Brasileira); Fuad Lutfalla (S/A Fiação e Tecelagem Lutfalla); Cândido Guinle de Paula Machado (Docas de Santos, Banco Boavista); José Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim); Mário Henrique Simonsen (Banco Bozano-Simonsen); Luis Villares (Aço Villares).¹³

Mas ainda permanece uma desconcertante ausência de pesquisas – e um incômodo silêncio – com relação ao papel dos empresários em pelo menos dois aspectos muito importantes. O primeiro, no apoio, na participação e no financiamento de uma estrutura repressiva muito ampla, destinada a materializar o poder de Estado e a funcionar como ferramenta de salvaguarda do poder. A partir de 1969, a máquina de reprimir tocada pelos militares tornou-se maior e mais sofisticada com a criação, em São Paulo, da “Operação Bandeirante” (OBAN), um organismo misto formado por oficiais das três Forças e por policiais civis e militares, programada para combinar coleta de informações, interrogatórios e operações de combate. A OBAN foi financiada por empresários paulistas que se reuniram com o então ministro Delfim Netto e estabeleceram um sistema fixo de contribuições – cuja estrutura e funcionamento é, até hoje, um bem guardado segredo da ditadura.¹⁴ Dito de outra maneira: é preciso, ainda, revelar, à luz do dia, as lideranças e os grupos empresariais dispostos a participar da construção de uma ditadura que definiu a tortura praticada

¹² Para participação das associações de classe, ver: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Op. cit.*

¹³ Para relação dos empresários, ver: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Op. cit.*; STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Op. cit.*

¹⁴ Para OBAN, ver: JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo: EDUSP, 2013. Para empresas e reunião com Delfim Netto, ver: GODOY, Marcelo. *A casa da vovó – uma biografia do DOI-CODI (1969-1991)*. *Op. cit.*; GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; FON, Antonio Carlos. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.

contra opositores como política de Estado – e a forma como os recursos financeiros gerados por esses grupos eram recolhidos, organizados e encaminhados até os órgãos de inteligência e repressão.

Também falta à sociedade compreender um segundo aspecto: as complexas relações que estabeleceram o regime de convivência entre militares e empresários e foram responsáveis por compor a lista dos grandes escândalos de corrupção da ditadura. Falta explicar o que ocorreu, por exemplo, entre vários outros episódios que ficaram célebres como o escândalo do Instituto Brasileiro do Café; o caso *Hanna Mining Company*; o caso Delfin; o projeto Jari; a construção da ponte Rio–Niterói; a construção da Transamazônica; a operação Capemi¹⁵.

O segundo silêncio acerca dos anos da ditadura militar incide sobre as práticas de violência cometidas pelo Estado contra a população e direcionadas para grupos e comunidades específicos – em particular, as violências cometidas contra camponeses e povos indígenas. Entre os casos de mortes e desaparecimentos políticos ocorridos entre 1962 e 1985, o universo dos camponeses e trabalhadores rurais é o que encontra maiores dificuldades para mapeamento e identificação. Com a exceção do estado do Pará, espécie de epicentro dos conflitos fundiários do país e onde a violência foi constante, a repressão ao movimento de trabalhadores rurais e às suas demandas é desigual ao longo do período histórico da ditadura, formando duas curvas ascendentes: a primeira, nos anos imediatamente anteriores e posteriores ao golpe de 1964 e, a segunda, iniciada a partir de 1975, atingindo seu pico na primeira metade da década de 1980. Segundo levantamentos sobre as lutas no campo ocorridas no período entre 1964 e 1986, realizados pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, foram registrados cerca de 1.100 assassinatos nesse período. Boa parte desses crimes permanece sem identificação ou sem que a investigação sobre suas circunstâncias tenha obtido informações conclusivas.¹⁶

As dificuldades para identificação dos atingidos pela repressão política no campo brasileiro têm duas causas principais. Por um lado, os crimes cometidos tiveram como protagonistas jagunços, capangas, milícias paramilitares constituídas por proprietários rurais – são crimes cometidos por grupos de extermínio privados, embora tenham contado com o beneplácito ou com a omissão do Estado brasileiro. Por outro lado, são crimes ocorridos, em sua maior parte, em conflitos de terra no Brasil. Esses conflitos demonstraram extraordinária força e capacidade de intervenção ao longo da nossa trajetória republicana e foram colocados no topo da agenda política do país no início dos anos 1960. Contudo, a história das propostas, das lutas e, sobretudo dos personagens que tiveram atuação política no cenário rural brasileiro ainda não se encontra ancorada na cena pública, nem pela construção de uma memória comum, nem pelo reconhecimento dos direitos fundamentais da cidadania – entre eles, o reconhecimento das mútuas relações entre o direito à verdade, à história e ao acesso à justiça.

Mas nada se compara ao silêncio sobre os crimes cometidos pela ditadura contra as populações indígenas. O mais importante documento de denúncia sobre esses crimes – o “Relatório Figueiredo” – foi produzido pelo próprio Estado brasileiro e ficou desaparecido durante 44 anos – durante todo esse período a informação oficial era a de que o Relatório havia sido destruído em um incêndio. A alegação não procede.

¹⁵ Para os escândalos de corrupção, ver: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. *Op. cit.* (especialmente p. 399 e seguintes); RODRIGUES, Alberto. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003; ANTERO, Luiz et al. *10 reportagens que abalaram a ditadura*. São Paulo: Record, 2005.

¹⁶ Para camponeses, ver: STARLING, Heloisa et al. “Mortos e desaparecidos na área rural”. Relatório final de pesquisa. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, nov. 2013. Ver também: CARNEIRO, Ana (Org.). *Retrato da repressão política no campo*. Brasília: MDA, 2010; SCHWARCZ, Lília M. & STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. *Op. cit.* Para o caso do Pará, ver: NOSSA, Leonencio. *Mata! O major Curio e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

O Relatório foi encontrado quase intacto, por pesquisadores independentes, em 2013, com 5 mil páginas e 29 tomos – das 7 mil páginas e 30 tomos que constavam da versão original. Para escrever seu relatório, encomendado pelo general Albuquerque Lima, ministro do Interior, com o objetivo de apurar práticas de corrupção no Serviço Nacional do Índio – órgão indigenista oficial brasileiro que antecedeu à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) –, o procurador-geral Jader de Figueiredo Correia percorreu com sua equipe mais de 16 mil quilômetros, visitando 130 postos indígenas em todo o país.

O resultado apresentado pelo procurador em seu Relatório é estarrecedor: matanças de tribos inteiras, torturas e toda sorte de crueldades foram cometidas contra indígenas no país, principalmente pelos grandes proprietários de terras e por agentes do Estado. Figueiredo fez um trabalho de apuração impressionante: incluiu relatos de dezenas de testemunhas, apresentou documentos e identificou cada uma das violações que encontrou – assassinatos de índios, prostituição de índias, sevícias, trabalho escravo, apropriação e desvio de recursos do patrimônio indígena. Ele também apurou as denúncias sobre a existência de caçadas humanas de indígenas feitas com metralhadoras e dinamite atiradas de aviões, as inoculações propositais de varíola em populações indígenas isoladas e as doações de açúcar misturado a estricnina.¹⁷

Os militares tinham um projeto de desenvolvimento em grande escala que articulava o programa econômico concebido no IPES e as diretrizes de segurança interna desenvolvida pela ESG e que pretendia realizar a integração completa do território nacional. Isso incluía um ambicioso programa de colonização que implicava no deslocamento de quase um milhão de pessoas com o objetivo de ocupar estrategicamente a região amazônica, não deixar despovoado nenhum espaço do território nacional e tamponar a área de fronteiras.¹⁸ Para seu azar, as populações indígenas estavam posicionadas entre os militares e a realização do maior projeto estratégico de ocupação do território brasileiro. Pagaram um preço altíssimo em dor e quase foram exterminados por isso.

O terceiro silêncio que recobre a memória sobre a ditadura militar impede a sociedade brasileira de conhecer a estrutura e os procedimentos de funcionamento do aparato de inteligência e repressão. O centro de sustentação do governo dos militares estava localizado no controle pelas Forças Armadas da Presidência da República e na imposição de graves limites à autonomia dos demais poderes da União, o Legislativo e o Judiciário. A partir desse controle, o regime produziu um imenso conjunto de práticas e normas arbitrárias, mas com valor legal, destinadas a desmobilizar a sociedade e limitar sua participação política aos processos eleitorais fortemente controlados.

Com esse sistema legal adaptado ou criado, o Estado passou a dispor de uma matriz institucional instaurada por um tipo específico de legalidade de exceção, voltada principalmente – mas, não exclusivamente – para as diferentes maneiras de institucionalizar a repressão política sob a ditadura.¹⁹ A configuração dessa matriz institucional incluía o uso de tribunais militares de tempos de paz para processar opositores políticos; a participação, nesses tribunais militares, de juízes e advogados civis; a possibilidade de

¹⁷ CORREIA, Jader de Figueiredo. Relatório. Brasília: Ministério da Justiça, 1967. Cópia digital. Acervo Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória da UFMG.

¹⁸ Para o projeto de desenvolvimento dos governos militares, ver: STEPHAN, Alfred. *Os militares na política*. Op. cit.; DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Op. cit.; MELO FILHO, Murilo. *O milagre brasileiro*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1972; COUTO E SILVA, Golbery do. *Conjuntura política nacional, o poder executivo & geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981; DROSDOFF, Daniel. *Linha dura no Brasil: o governo Medici (1969-1974)*. São Paulo: Global, 1986.

¹⁹ O argumento é de Anthony Pereira. Ver: PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

recurso em todas as instâncias incluindo a corte civil do Supremo Tribunal Federal; a instauração de procedimentos legais para tratamento de prisioneiros políticos.

A militarização do exercício do poder de Estado, centralizado no governo da União, materializou-se em uma estrutura repressiva ampla, destinada a funcionar como ferramenta de salvaguarda do poder. A estrutura do aparato de repressão foi constituída por uma rede formada por um conjunto de órgãos com ramificações verticais e horizontais, nem sempre imunes a conflitos e disputas internas. Essa estrutura garantiu o desenvolvimento de um padrão de repressão altamente seletivo e operou em duas direções: numa ponta funcionou o vasto dispositivo de coleta e análise de informações sobre a sociedade brasileira capitaneado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Na outra ponta, atuaram organismos encarregados da execução da repressão como os Centros de Operação e Defesa Interna (CODI) e Destacamentos de Operação Interna (DOI). Os CODI-DOIs estavam sob o comando do ministro de Exército, Orlando Geisel, conduziram a maior parte das operações de repressão nas cidades e atuavam sempre em conjunto: os CODIs como unidades de planejamento e coordenação; os DOIs subordinados aos CODIs eram como seus braços operacionais.²⁰

A utilização da tortura como técnica de interrogatório nos quartéis, os desaparecimentos forçados e a criação de centros clandestinos de violação de direitos são parte dos procedimentos utilizados pelo Estado para violar a matriz institucional instaurada pela legalidade de exceção. A necessidade de violar sua própria legalidade surge nas circunstâncias em que o Estado não julga suficiente, não considera adequado ou não consegue adaptar de maneira avaliada pelos militares como satisfatória, a abrangência, a intenção e a intensidade do uso da repressão contra opositores políticos. A adoção de tais procedimentos também comprova, para o caso brasileiro, o uso de força direta e sem limites judiciais contra opositores, de modo sistemático e regular, em circunstâncias estabelecidas pelo Estado e como mecanismo de estabilidade da própria estrutura de repressão.

A prática da tortura como técnica de interrogatório nos quartéis brasileiros é um procedimento inédito – não ocorreu em nenhum outro momento da história do país e constituiu a força motriz da repressão praticada pelo Estado brasileiro a partir de fins de 1968 até pelo menos 1977.²¹ A prática da tortura está associada a três casos clássicos de ação anti-insurrecional – Indochina, Argélia, Vietnã – e aos padrões norte-americanos de contrainsurgência e tem sua raiz na trama da escravidão, no núcleo recalcado de violência que é comum a toda a sociedade, se dispersa e vai sendo reposta em diferentes modalidades de manifestação ao longo da nossa história.

A adoção dos desaparecimentos forçados de opositores políticos como uma prática sistemática de repressão teve início a partir do segundo semestre de 1969 e está associada a alguns procedimentos considerados estratégicos pelas Forças Armadas: encobrir homicídios e/ou o uso da tortura em prisioneiros políticos para extorsão de confissões e/ou informações e provocar incerteza e/ou expectativa nas forças de oposição sobre o destino de seus militantes e/ou de sua liderança política.

Já os Centros Clandestinos foram criados para execução de procedimentos considerados estratégicos pelos militares a partir de uma nova avaliação da atuação das forças de oposição realizada

²⁰ Para SNI, ver: FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005; FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar; espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001; QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2000. Para CODI-DOI, ver: MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Centro de Operações de Defesa Interna (CODI/Ex.). 1970. 16 páginas datilografadas. Acervo Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória da UFMG. Arquivo CENIMAR.

²¹ Para tortura, ver: STARLING, Heloisa & MARQUES, Danilo A. "Tortura em quartéis e instituições militares". Relatório preliminar de pesquisa. Brasília: CNV, maio 2013.

pelos órgãos de comando no interior da estrutura de repressão, entre os anos de 1969 e 1970. A partir dessa avaliação ocorreu a reorientação do padrão de repressão política adotado pelas Forças Armadas e foram definidas atribuições para funcionamento dos Centros Clandestinos.²² Nesses Centros, os militares executavam os procedimentos necessários para desaparecimento de corpos de opositores mortos sob a guarda do Estado, através da eliminação das condições de identificação como retirada de digitais e arcadas dentárias, da queima do corpo ou de seu esquartejamento, ou ainda de seu lançamento no mar ou em rios. Também era atribuição dos Centros Clandestinos garantirem as condições de sigilo necessárias à prisão e ao interrogatório de opositores políticos já condenados pela política de extermínio, bem como impedir o ingresso do preso nos esquemas judiciais previstos pela legalidade de exceção.

Diante de certos fatos extremos – no nosso caso de brasileiros, do horror produzido pela violência injustificada e desnecessária do Estado durante a ditadura militar –, é preciso que todos sejam testemunhas do que ocorreu. Na sua origem grega, a testemunha é uma voz e um rosto; é uma presença e uma vítima. A testemunha está do lado das palavras e do passado: do lado daquilo que não se viu ou não se pode ver. “Ninguém testemunha pelas testemunhas”, escreve Paul Celan, no poema *Gloria das cinzas*.²³ Testemunhar é suportar a solidão de uma responsabilidade e suportar a responsabilidade, precisamente, desta solidão. A testemunha está só: entre aquilo de que foi testemunha e os outros, não há senão ela. Mas, o papel da mediação, o recurso à *persona*, máscara a partir da qual a memória se constrói, é, contudo, uma tentativa para transgredir os limites dessa posição isolada. Ele permite à memória tecer, com imagens revividas no presente, a experiência do passado, permite falar num tempo que não é mais o do acontecimento, falar de um lugar que não lhe corresponde – o passado, o lugar dos mortos – intercedendo pelos outros e para os outros.²⁴

E é também outra coisa: um convite para quem vem depois da memória daqueles que viveram os fatos, passar e repassar o Rio dos Mortos, para transgredir deliberadamente a fronteira do passado e do presente, ouvir as vozes sem se recusar diante delas. Esse movimento de transgressão é importante, porque amplia o conceito de testemunha: a testemunha não é somente aquele que viu e ouviu – o *histor* de Heródoto –, a testemunha direta. Testemunha será também aquele que não vai embora, e que aceita que suas palavras *revezem* a história do outro. Porque somente essa retomada reflexiva do passado pode ajudar a nós, brasileiros, a não repeti-lo, pode nos ajudar a compreender tudo aquilo que ocorreu como parte de uma história que ainda está aqui, entre nós, e não pode prosseguir no futuro. E pode lembrar-nos de um país que tem um passado e precisa indubitavelmente ser melhor do que o Brasil que temos hoje.

Heloisa Maria Murgel Starling: Professora Titular de História do Brasil da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Coordenadora do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória da UFMG. É autora de *Os senhores das Gerais - os novos inconfidentes e o golpe de 1964* e coautora de *Brasil: uma biografia*.

²² Para desaparecimentos e centros clandestinos, ver: STARLING, Heloisa et al. “Centros clandestinos de violações de direitos humanos”. Relatório preliminar de pesquisa. Brasília: CNV, março 2014.

²³ CELAN, Paul. *Glória das cinzas*. In: _____. Poemas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.

²⁴ Para o conceito de testemunha, ver: HARTOG, François. “A testemunha e o historiador”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001; GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Memória e esquecimento: linguagens e narrativas*. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001; ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010; SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007; WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.